



**ACÓRDÃO Nº 300/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2294/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Feiras, Mercado, Produção e Abastecimento – SEMPAB.
- 4- **Advogado:** Cristina Helena de Oliveira Vila - OAB/AM N. 10841.
- 5- **Exercício:** 2012.
- 6- **Responsável:** Sr. José Rogério Vasconcellos de Araújo, Secretário Municipal, à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6097/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 1544/1557).
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Feiras, Mercado, Produção e Abastecimento – SEMPAB. Exercício de 2012.

*Irregularidade. Multas. Prazo. Alcance. Recomendações. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo**, responsável pela Secretaria Municipal de Feiras, Mercado, Produção e Abastecimento, no curso do exercício de 2012, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III, alíneas “b”, “c” e “d”, e art. 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo**, no valor de **R\$ 2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), com fulcro no art. 308, I, “a” e “b” da Resolução n. 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, IV e VI da lei n. 2.423/96, pelo item 1 do Relatório Técnico Conclusivo n. 76/2014-DICOP. Os valores devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Aplicar Multa** ao **Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo**, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelos itens 2 e 3 da Informação Conclusiva n. 23/2014-DICAD/MA. Os valores devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ no **prazo de 30 dias**;



**ACÓRDÃO Nº 300/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4- Considerar em Alcance o Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo**, no valor de **R\$ 775.851,01** (Setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e um centavo), com fundamento no art. 304, incisos I e III, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, pelos itens 2, 4, 5 e 6 da Informação Conclusiva n. 23/2014-DICAD/MA. Os valores devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM no **prazo de 30 dias**;
- 10.5- Conceder Prazo ao Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo, de 30 dias** para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DCREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;
- 10.6- Recomendar** à Secretaria Municipal de Feiras, Mercado, Produção e Abastecimento - Sempab que:
- 10.6.1-** Observe com mais atenção aos prazos para recolhimento de obrigações fiscais e trabalhistas, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública, Eficiência e Economicidade, consagrados nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal;
- 10.6.2-** Proceda os repasse das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 10.6.3-** Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;
- 10.6.4-** Junte documentação explicativa e comprobatória sobre os métodos operacionais do Órgão, inclusive através de controles complementares em casos não esclarecidos pela legislação vigente.
- 10.7- Dar ciência ao Sr. José Rogério Vasconcelos de Araújo;**
- 10.8- Arquivar** o presente processo, após cumprimento das medidas acima, nos termos regimentais.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Presidente em exercício  
**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator  
**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral